

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Omni S.A. Arrendamento Mercantil, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira. São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		1.828	15	Circulante		910	58
Disponibilidades		879	1	Outras obrigações	10	910	58
Títulos e valores mobiliários	4	—	10	Fiscais e previdenciárias		789	11
Carteira própria		—	10	Sociais e estatutárias		90	—
Operação de arrendamento mercantil	5a	124	—	Diversas		31	47
Operação de arrendamento a receber - setor privado		2.548	—	Exigível a longo prazo		5.891	—
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.292)	—	Outras obrigações	10	5.891	—
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(132)	—	Credores por antecipação de valor residual		5.891	—
Outros créditos	7	656	4	Patrimônio líquido	11	10.291	6.993
Impostos a compensar		134	—	Capital		10.000	7.000
Diversos		522	4	De domiciliados no País		10.000	7.000
Outros valores e bens		169	—	Reserva de lucros		291	(7)
Despesas antecipadas		169	—				
Realizável a longo prazo		2.495	7.036				
Títulos e valores mobiliários	4	2.097	7.036				
Carteira própria		2.097	7.036				
Operação de arrendamento mercantil	5a	62	—				
Operação de arrendamento a receber - setor privado		5.283	—				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.946)	—				
(Provisões para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(275)	—				
Outros valores e bens		336	—				
Despesas antecipadas		336	—				
Permanente	9	12.769	—				
Imobilizado de arrendamento		12.769	—				
Bens arrendados		12.350	—				
Superveniência de depreciação		2.417	—				
Depreciações acumuladas		(1.998)	—				
Total do ativo		17.092	7.051	Total do passivo		17.092	7.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de 27 de outubro de 2013 (início das atividades) à 31 de dezembro de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

Saldos em 27 de outubro de 2013, integralização de capital, início das atividades	Reservas de lucros			Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital	Reserva legal	Estatutárias		
Prejuízo no período	7.000	—	—	—	7.000
Saldos em 31 de dezembro 2013	7.000	—	—	(7)	6.993
Aumento de capital	3.000	—	—	—	3.000
Lucro do exercício	—	—	—	388	388
Destinações do lucro:					
Reserva legal	—	19	—	(19)	—
Dividendos	—	—	—	(90)	(90)
Reserva de lucros	—	—	272	(272)	—
Saldos em 31 de dezembro 2014	10.000	19	272	—	10.291
Saldos em 30 de junho 2014	10.000	—	86	—	10.086
Lucro do semestre	—	—	—	295	295
Destinações do lucro:					
Reserva legal	—	19	—	(19)	—
Dividendos	—	—	—	(90)	(90)
Reserva de lucros	—	—	186	(186)	—
Saldos em 31 de dezembro 2014	10.000	19	272	—	10.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Omni S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 02 de março de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 através do Ofício 08006/2012. A integralização do capital foi realizada em 27 de outubro de 2013 (data de início das atividades). A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e a celebração de contratos de arrendamento mercantil iniciou-se em fevereiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA:

A demonstração financeira foi elaborada com base na Legislação Societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de demonstração financeira, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A autorização para a conclusão da demonstração financeira foi dada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira. As receitas de natureza financeira são apropriadas pelo método exponencial. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Estimativas contábeis:** A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração da demonstração financeira. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo:** **• Títulos e valores mobiliários:** Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **e. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) Não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue: - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancar ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMVN. - **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/98, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40% da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%. A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil. - **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/93, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do exercício de 2014 uma insuficiência de depreciação, no montante de R\$ (45) e uma superveniência de depreciação no valor de R\$ 2.462. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 2.417 resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 604. O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica "Outros Créditos - Diversos". - **Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (insolvente). **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica "Outros Créditos - Créditos Tributários". **g. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. **h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações. **• Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa. **• Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa. **• Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento:

Disponível para venda	2014			
	Acima de 15 anos	Valor custo	Valor mercado/contábil	Valor mercado/contábil
Letras de câmbio (1)	2.097	2.097	2.097	7.046
Total	2.097	2.097	2.097	7.046

(1) Refere-se a aplicações financeiras em Letra de Câmbio de emissão da Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

remunerados a taxa de 100% do DI, com vencimentos em 2041 com opção de resgate antecipado e estão registradas na CETIP S.A. Mercados Organizados.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários:

	2º Semestre	2014	2013
Rendas com letras de câmbio	260	599	116
Quotas de fundo de investimento - Bradesco	11	16	—
Total	271	615	116

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a) Composição da carteira de arrendamento:

	2014
Arrendamento a receber - setor privado	7.831
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.238)
Imobilizado de arrendamento	12.769
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(6.891)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	7.471

b) Classificação por atividade:

	2014
Indústria	239
Pessoas físicas	7.232
Total	7.471

c) Diversificação por prazo:

Setor privado	2014
Vencidos a partir de 15 dias	572
A vencer até 90 dias	696
A vencer de 3 meses a 1 ano	1.671
A vencer de 1 a 5 anos	4.532
Total	7.471

6. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99 em 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos:

a) Movimentação da provisão:

	2014
Saldo inicial	—
Constituição	407
Saldo final	407

b) Composição por níveis de riscos:

Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	763	0,5%	4
B	2.038	1,0%	20
C	2.534	3,0%	76
D	1.880	10,0%	188
E	109	30,0%	33
F	112	50,0%	56
G	17	70,0%	12
H	18	100,0%	18
Total	7.471		407

7. OUTROS CRÉDITOS:

	2014	2013
Créditos tributários	520	—
Imposto de renda a compensar	134	—
Diversos	2	4
Total	656	4

8. DESPESAS ANTECIPADAS:

Referem-se a despesas pagas antecipadamente às promotoras de vendas por serviços prestados na colocação de operações de arrendamento mercantil, apropriadas pro rata tempore, segundo os prazos das operações contratadas no exercício, no montante de R\$ 505.

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO:

	2014
Veículos e afins	12.350
Subtotal	12.350
Superveniência de depreciação	2.417
Depreciações acumuladas	(1.998)
Subtotal	419
Total	12.769

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES:

	2014	2013
Fiscais e previdenciárias	789	11
Credores por antecipação de valores residuais	5.891	—
Provisão para pagamento a efetuar	31	47
Total	6.711	58

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a. Capital social: O Capital Social é de R\$ 10.000 (R\$ 7.000 em 2013) e está representado por 9.982.932 (7.000.000 em 2013) ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em 15 de abril de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.000, passando o referido capital social de R\$ 7.000 para R\$ 10.000 com a emissão de 2.982.932 novas ações ordinárias e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 16 de maio de 2014. **b. Reservas de lucros:** **•** A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. **•** O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais. **c. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar à assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de 27 de outubro de 2013 (início das atividades) à 31 de dezembro de 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

	Nota	2º Semestre	2014	2013
Receitas da intermediação financeira		1.234	1.841	116
Resultado de operações de arrendamento mercantil	15a	963	1.226	116
Resultado com títulos e valores mobiliários	4b	271	615	—
Despesas de intermediação financeira		(275)	(407)	—
Provisão para operação de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	6	(275)	(407)	—
Resultado bruto da intermediação financeira		959	1.434	116
Outras receitas (despesas) operacionais		(537)	(808)	(123)
Receita de prestação de serviços		190	288	—
Despesa de pessoal	15b	(188)	(363)	(69)
Outras despesas administrativas	15d	(437)	(601)	(49)
Despesas tributárias	15c	(97)	(127)	(5)
Outras despesas operacionais		(5)	(15)	—
Resultado operacional		422	626	(7)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		422	626	(7)
Imposto de renda e contribuição social		(127)	(2	